

**DATA DA REUNIÃO:** TRÊS DE MAIO DE DOIS MIL E DEZOITO.-----

**LOCAL DA REUNIÃO:** SALÃO NOBRE DO EDIFÍCIO SEDE DO MUNICÍPIO, SITO NA PRAÇA 25 DE ABRIL, DA CIDADE DE SANTO TIRSO.-----

**PRESIDIU:** O PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO.---

**PRESENÇAS E FALTAS:**-----

**PRESIDENTE DR. JOAQUIM BARBOSA FERREIRA COUTO – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADORA DRA. ANDREIA CARINA MACHADO DA SILVA NETO – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.**-----

**VEREADOR DR. ALBERTO MANUEL MARTINS COSTA – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADOR DR. JOSÉ MANUEL ALVES PIMENTA DE CARVALHO – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.**-----

**VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADOR CARLOS ALBERTO CARVALHO FERNANDES – PPD/PSD.CDS-PP – PRESENTE.**-----

**VEREADOR TIAGO JOÃO MACHADO ARAÚJO – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADORA ENG.ª SILVIA MANUELA DA COSTA FERREIRA TAVARES – PS – PRESENTE.**-----

**HORA DE INICIO DA REUNIÃO:** QUINZE HORAS E VINTE MINUTOS.-----

**HORA DE ENCERRAMENTO:** QUINZE HORAS E TRINTA E CINCO MINUTOS.-----

SECRETARIOU A TRABALHADORA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES. -----

**ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA:** A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ATA. -----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

a) Pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi feita uma declaração política sobre a descida do número de desempregados no concelho de Santo Tirso, que constitui as subsequentes duas folhas.-----

## DECLARAÇÃO POLÍTICA

(Número de desempregados volta a descer em Santo Tirso)

O número de desempregados inscritos no Centro de Emprego de Santo Tirso voltou a descer no mês de março.

De acordo com os dados publicados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, relativos ao primeiro trimestre de 2018, **havia menos 3513 pessoas inscritas no Centro de Emprego no mês de março**, quando comparado com o número de desempregados existentes em outubro de 2013.

**É a mais baixa taxa de desemprego de sempre em Santo Tirso desde que o atual executivo municipal tomou posse, em outubro de 2013**, para o que concorreu dois principais fatores:

1. O crescimento económico do País;
2. O regime de benefícios fiscais atribuídos pelo Município, bem como o esforço dirigido em matéria de diplomacia económica.

O executivo municipal congratula-se com os resultados alcançados em matéria de taxa de desemprego, depois de ter estabelecido como um dos eixos prioritários da ação política o investimento e o emprego.

De facto, fruto da criação de um ambiente favorável à captação de novos investimentos, cuja face mais visível é o competitivo pacote de incentivos fiscais atribuídos por via do IMI, da Derrama ou das taxas e licenças urbanísticas municipais, **Santo Tirso iniciou um novo ciclo de desenvolvimento empresarial a partir de outubro de 2013.**



Mais de 900 empresas foram criadas em quatro anos, especialmente micro, pequenas e médias empresas, muitas outras decidiram ampliar as suas instalações; outras deslocalizaram-se para Santo Tirso e outras ainda escolheram mesmo o Município para instalar as suas principais unidades produtivas.

Graças ao dinamismo económico verificado em Santo Tirso, também o mercado habitacional cresceu. Os incentivos atribuídos pelo Município à regeneração urbana atraíram investidores e deram um contributo decisivo para a reabilitação de um conjunto de edifícios abandonados não apenas no centro da cidade como também nas freguesias.

Abandonadas nos anos 90 e início dos anos 2000, quando a região do Vale do Ave se afundou numa das piores crises do setor têxtil, também as antigas fábricas devolutas foram e estão a ser recuperadas, para acolher novos projetos empresariais, em setores de atividade que vão do têxtil à metalomecânica ou aos polímeros.

Definitivamente, Santo Tirso está a mudar!

**Os eleitos pelo Partido Socialista**

**Santo Tirso, 03 de maio de 2018**

**DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS  
PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE  
MINUTA DA ATA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS.-----**

## **REUNIÃO ORDINÁRIA DE 03 DE MAIO DE 2018 – ATA Nº 09**

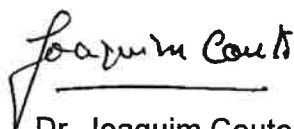
### **ORDEM DO DIA**

- 1 – Aprovação da ata da última reunião ordinária de 19/04/2018**
- 2 – Proposta de atribuição de Medalhas aos Bombeiros**
- 3 – Acordos de Execução com as freguesias de União das Freguesias de Lamelas e Guimarei e Negrelos (S. Tomé) - Delegações de competências para pequenas reparações em estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico - retificação das minutas aprovadas em reunião de câmara de 22/03/2018**
- 4 – Proposta de alteração ao Regulamento da Taxa pela realização de infraestruturas urbanísticas (TMU) - Início do procedimento**
- 5 – Projeto de 1ª alteração ao Regulamento de Transportes Escolares**
- 6 – Projeto de 6.ª alteração ao Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Outras Receitas Municipais**
- 7 – “Reformulação do entroncamento entre a EN 105 e a EM 209-2, freguesia de S. Tomé de Negrelos” – Parcela 12 - Revogação da deliberação da câmara municipal de 07/12/2017 (item 5 da respetiva ata)**
- 8 – Comparticipação financeira FEDER à operação com o código NORTE-03-1204-FEDER-000004, designada “Reabilitação de Bairros Sociais Santo Tirso – 1ª fase”: Aceitação das condições de aprovação da candidatura**
- 9 – Proposta de celebração de protocolos com os Agrupamentos de Escolas de D. Dinis, D. Afonso Henriques e Tomaz Pelayo tendo por objeto a cedência de utilização de instalações desportivas escolares, para formação desportiva em Futsal e Voleibol**
- 10 – Proposta de celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo com o Futebol Clube Tirsense – 2018**

**11 – Proposta de celebração de contrato-programa de desenvolvimento desportivo com a Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe – 2018**

Santo Tirso, 27 de abril de 2018

O Presidente,



Dr. Joaquim Couto



**1. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 19/04/2018.----**

Presente a ata da reunião ordinária realizada no dia dezanove de abril findo, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida ata, o senhor presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 57º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que a câmara deliberasse aprovar a aludida ata.-----

A ata foi aprovada por unanimidade.-----



**2. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS AOS BOMBEIROS.**-----

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que o trabalho dos bombeiros voluntários, e dirigentes das respetivas associações, deve ser objeto de incondicional reconhecimento por parte da comunidade e suas instituições;-----

Considerando o disposto nos números treze e catorze do Regulamento de Concessão de Regalias aos Bombeiros Voluntários do Município de Santo Tirso, aprovado pela assembleia municipal em vinte e oito de abril de dois mil e dezassete, e as propostas apresentadas à câmara municipal pelas Direções das respetivas associações; -----

Considerando a fundamentação constante da informação dos Serviços de Proteção Civil, de vinte e sete de abril findo, registada com o número quatro mil oitocentos e cinquenta e três, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais;-----

Proponho que a câmara municipal delibere atribuir as seguintes medalhas:-----

**A) MEDALHAS DE SERVIÇOS DISTINTOS:**-----

- Mário Duarte Neto de Sousa, Subchefe da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santo Tirso, com trinta e três anos no ativo, exercendo as funções com grande dedicação e assiduidade exemplar; -----

- Dr. Joaquim Martins de Almeida, presidente da assembleia geral da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Tirsenses, sócio das associação desde mil novecentos e setenta e sete, e exercendo funções na assembleia geral desde o ano dois mil, sempre com grande empenho e dedicação à causa humanitária;-----

- Tiago Manuel Pinheiro de Miranda, Adjunto de Comando da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Tirsenses, tendo sido admitido na Corporação em março de mil novecentos e noventa e nove, como cadete, tendo sido já agraciado com a Medalha de Coragem e Abnegação. -----

Face ao seu percurso e às justificações apresentadas pelas respetivas associações, anexas à aludida informação, são merecedores da distinção proposta. -----

**B) MEDALHAS DE MÉRITO E DEDICAÇÃO:-----**

GRAU PRATA (25 ANOS DE SERVIÇO EFETIVO):-----

BOMBEIROS DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS  
VOLUNTÁRIOS TIRSENSES:-----

- Paulo Sérgio Moreira da Silva Salgado, Subchefe;-----

GRAU BRONZE (15 ANOS DE SERVIÇO EFETIVO):-----

BOMBEIROS DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS  
VOLUNTÁRIOS TIRSENSES:-----

- Adélio Filipe Neto Gouveia – Bombeiro 2ª;-----

- António Miguel Moreira Lima – Bombeiro 2ª; -----

- Sandra Daniela Moreira Lima – Bombeiro 2ª; -----

- Fábio André Coelho Silva – Bombeiro 3ª.-----

BOMBEIROS DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS  
VOLUNTÁRIOS DE VILA DAS AVES:-----

- Abel Xavier Martins Neto – Bombeiro 3ª.-----

A câmara deliberou, por unanimidade, atribuir as medalhas acima referidas.-----

**3. ACORDOS DE EXECUÇÃO COM AS FREGUESIAS DE UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LAMELAS E GUIMAREI E NEGRELOS (S. TOMÉ) - DELEGAÇÕES DE COMPETÊNCIAS PARA PEQUENAS REPARAÇÕES EM ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO PRIMEIRO CICLO DO ENSINO BÁSICO - RETIFICAÇÃO DAS MINUTAS APROVADAS EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 22/03/2018.**-----

Presente informação do Serviço de Gestão do Parque Escolar, de vinte e seis de abril findo, registada com o número quatro mil oitocentos e três, a comunicar que nos Acordos de Execução relativos às freguesias União das Freguesias de Lamelas e Guimarei e Negrelos (S. Tomé), anexos à deliberação da câmara municipal de vinte e dois de março último (item oito da respetiva ata), os valores da comparticipação prevista na cláusula quinta estão errados, o que ficou a dever-se a lapso dos serviços (erro de escrita).-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse retificar as minutas de Acordos de Execução aprovados pela aludida deliberação da câmara municipal, nos seguintes termos:

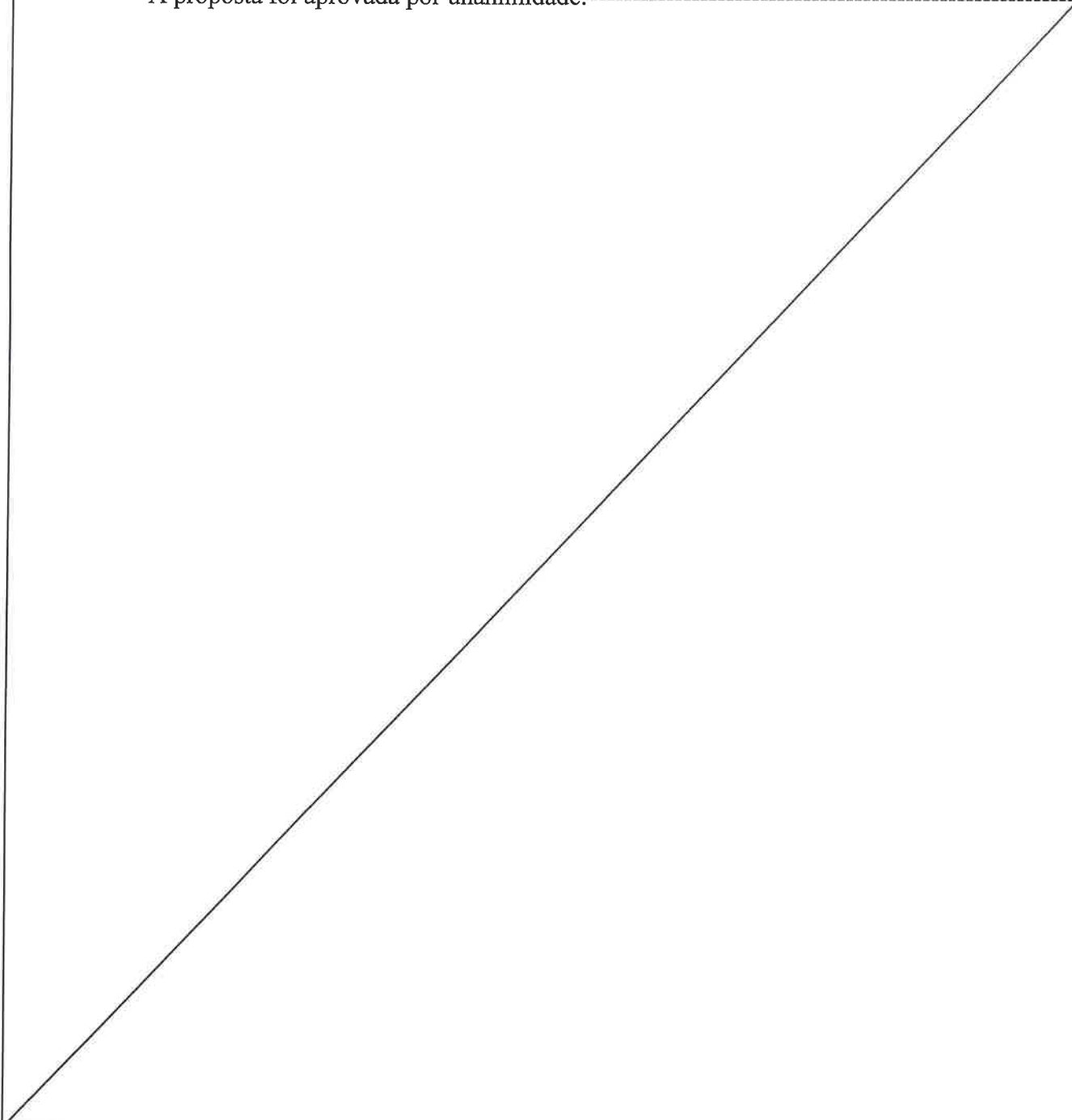
Relativamente à freguesia União das Freguesias de Lamelas e Guimarei, onde consta, na cláusula quinta, 2.765,00 € (dois mil setecentos e sessenta e cinco euros) passa a constar 1.555,00 € (mil quinhentos e cinquenta e cinco euros) e relativamente à freguesia de Negrelos (S. Tomé) onde consta, na mesma cláusula, 7.100,00 € (sete mil e cem euros) passa a constar 8.420,00 (oito mil quatrocentos e vinte euros).-----

Os compromissos inerentes ao montante da comparticipação financeira a transferir para cada uma daquelas freguesias estão registados no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com os números 930 e 915.-----

Anexa-se à presente ata as minutas de Acordos de Execução com as referidas Freguesias, com a redação resultante desta retificação, para a realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico, na respetiva área de

circunscrição territorial, bem como para promover a manutenção dos respetivos espaços envolventes, as quais constituem os anexos I e II da mesma. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----



**4. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA TAXA PELA REALIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS URBANÍSTICAS (TMU) - INICIO DO PROCEDIMENTO. -----**

Presente informação de vinte e seis de abril findo, da Divisão de Licenças e Urbanismo, registada com o número quatro mil setecentos e oitenta e quatro, a propor alterações ao Regulamento municipal acima referido, que tem por objeto definir as situações sobre as quais incide a TMU e a fórmula de cálculo da mesma. -----

Com as alterações a introduzir ao aludido Regulamento, pretende-se incentivar a reabilitação urbana, densificar a construção nos centros urbanos, fixar população residente no município, dar continuidade a padrões de qualidade arquitetónica e construtiva do parque habitacional e permitir o acesso à habitação de qualidade, favorecendo os jovens. -----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com o previsto no n.º 1 do artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei 4/2015, de 07 de janeiro, deliberasse dar início ao procedimento de alteração do Regulamento Municipal acima referido, e designar como responsável pela direção do respetivo procedimento a Técnica Superior Eng.ª Carla Mónica Barbosa de Sousa, Chefe da Divisão de Licenças e Urbanismo, em regime de substituição, em quem fica delegado, nos termos do n.º 2 do artigo 55º do mesmo Código, o poder de direção do procedimento. -----

O senhor presidente propôs ainda que se fixe como data do início do procedimento, a data da presente deliberação, e se fixe o prazo de dez dias úteis para a constituição como interessados no procedimento e apresentação por escrito de contributos para a elaboração da proposta de alteração ao dito regulamento. -----

A presente deliberação será publicitada de harmonia com o previsto no n.º 1 do referido artigo 98º e nos demais termos legalmente previstos, de cuja publicitação deverá constar a forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a

elaboração das alterações àquele regulamento.-----

O referido prazo de dez dias úteis conta-se a partir da data da publicitação desta deliberação no sítio institucional do município na Internet.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----

**5. PROJETO DE 1ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TRANSPORTES ESCOLARES.** -----

Presente informação de vinte e seis de abril findo, da Divisão de Educação, registada com o número três mil setecentos e noventa e quatro, a remeter, na sequência da deliberação da câmara municipal de trinta de novembro último (item oito da respetiva ata), o projeto de 1ª alteração ao Regulamento Municipal acima referido, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subseqüentes seis folhas.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com o previsto no artigo 99º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei 4/2015, de 07 de janeiro, deliberasse aprovar o projeto de 1ª alteração ao Regulamento de Transportes Escolares e submeter o mesmo a consulta pública, pelo prazo de trinta dias, a contar da respetiva publicação no Diário da República, tudo nos termos previstos no artigo 101º do Código do Procedimento Administrativo. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----





Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel: +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

## PROPOSTA DA 1.ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TRANSPORTES ESCOLARES

### Nota Justificativa

No seguimento de uma política municipal de reforço das medidas de ação social escolar, a Câmara Municipal de Santo Tirso tem vindo a alargar e reforçar as modalidades de apoio socioeconómico, de modo a assegurar que a condição financeira das famílias não constitua um fator impeditivo e discriminador no acesso à educação e formação.

Assim, vem expressar o seu comprometimento em proporcionar condições de efetiva igualdade de oportunidades, de modo a garantir o acesso à educação e formação, entendida como o principal fator impulsionador da inclusão e desenvolvimento social.

Pretende-se uma atuação conjugada e devidamente programada entre a autarquia e a comunidade escolar, como forma de se promover a melhoria dos serviços a prestar aos alunos e a criação de soluções cada vez mais ajustadas, social e economicamente, às realidades sociais.

Dando cumprimento ao artigo 99.º do Código do Procedimento Administrativo, no que respeita à ponderação dos custos, a alteração ao Regulamento não implica despesas acrescidas para o Município. No que concerne aos benefícios desta medida, entende-se que a mesma vem, de certo modo, sintetizar os diplomas legais referidos, melhorar os procedimentos para a atribuição do transporte e garantir uma boa aplicação dos recursos.

Para o efeito, procede assim à elaboração da 1.ª alteração ao presente regulamento, que tem como objetivo principal a clarificação e definição de procedimentos e condições de atribuição do transporte escolar, nomeadamente, no que concerne aos apoios contemplados pela legislação em vigor, bem como aos concedidos por esta autarquia com carácter facultativo, tendo por base as seguintes normas habilitantes:

a) Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro, na redação atual, que regula a transferência para os municípios das novas competências em matéria de organização, financiamento e controle de funcionamento dos transportes escolares.

b) Lei n.º 13/2006 de 17 de abril, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 17-A/2006, de 26 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 255/2007 de 13 de julho e



Lei n.º 5/2013, de 22 de janeiro, que regulamenta o transporte coletivo de crianças.

c) Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março, que estabelece o regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito dos transportes escolares e auxílios económicos;

d) Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, alterada pela Lei n.º 65/2015, de 3 de julho, que estipula a escolaridade obrigatória até aos 18 anos e determina que, para a sua prossecução, devem ser garantidas condições que assegurem a gratuidade e universalidade do acesso ao ensino coberto por essa escolaridade (n.º 1 do artigo 3.º).

De acordo com as alíneas c), d) e h) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, os municípios dispõem de atribuições no domínio dos transportes, educação e ação social;

Para a concretização dessas atribuições foram delegadas nas Câmaras Municipais competências para assegurar, organizar e gerir os transportes escolares, bem como em matéria de ação social escolar, designadamente, no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes, conforme disposto nas alíneas gg) e hh) do n.º 1, artigo 33.º, anexo I do mencionado normativo;

Ao abrigo do disposto no artigo n.º 241º da Constituição da República Portuguesa e da alínea k), n.º 1, do artigo 33.º, Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é conferido poder regulamentar às câmaras municipais para elaborar e aprovar regulamentos independentes em matérias da sua exclusiva competência.

Assim, procede-se à 1.ª alteração do Regulamento dos Transportes Escolares nos seguintes termos:

## **I – ALTERAÇÕES**

1- São suprimidos os artigos 1.º, 2.º, 5.º, 7.º, 12.º, 13.º, 14.º, 15.º, 16.º, 17.º e 19.º do Regulamento de Transportes Escolares.

2- Na sequência do número anterior procede-se à renumeração dos artigos do regulamento e às seguintes alterações:



Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel.: +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

## **Artigo 1.º (anterior artigo 3.º)**

### **Objeto**

*O presente regulamento tem por objeto estabelecer as regras respeitantes à organização, funcionamento e comparticipação dos transportes escolares no concelho de Santo Tirso, assim como definir os procedimentos para a atribuição do mesmo.*

## **Artigo 2.º (anterior artigo 4.º)**

### **Âmbito do Serviço de Transportes Escolares**

*1- O serviço de transportes escolares visa apoiar a deslocação dos alunos que frequentam a escolaridade obrigatória, cuja distância da sua residência à escola seja igual ou superior a 3 ou 4 quilómetros (com ou sem refeitório, respetivamente), e que residam única e exclusivamente no concelho de Santo Tirso.*

## **Artigo 3.º (anterior artigo 6.º)**

### **Alunos abrangidos**

*1- Têm direito a transporte escolar:*

- a) Os alunos que frequentam estabelecimentos de ensino básico e secundário, cuja distância da residência à escola seja igual ou superior a 3 ou 4 quilómetros, com ou sem refeitório (respetivamente);*
- b) Os alunos que frequentam o Centro de Cultura Musical das Caldas da Saúde, em regime de Ensino Articulado;*
- c) Os alunos de ensino secundário que frequentam um estabelecimento de ensino fora da sua área de residência, desde que não encontrem no concelho a área de estudo pretendida;*
- d) Os alunos com necessidades educativas especiais de caráter permanente com programa educativo individual organizado, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, nas condições fixadas no artigo 32º do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março, desde que não beneficiem já de apoio prestado por outra entidade.*

*2- O transporte das crianças inscritas no Ensino Pré-Escolar e 1º Ciclo poderá ser assegurado pela Câmara Municipal, desde que haja circuitos especiais criados no âmbito do reordenamento da Rede Escolar ou noutras situações.*



Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

3- Outros casos especiais serão analisados, individualmente, considerando os interesses do município, das famílias e dos alunos.

#### **Artigo 4.º (anterior artigo 9.º)**

##### **Apresentação do pedido de transporte escolar**

1- Os alunos abrangidos pela rede de transportes escolares devem solicitar o mesmo, no período de matrícula ou renovação de matrícula, devendo, para o efeito, preencher o formulário de candidatura eletrónica através da Plataforma SIGA - Sistema Integrado de Gestão e Aprendizagens, disponível em <http://siga.edubox.pt>.

2- Os pedidos de transporte escolar ao abrigo do nº 2 do artigo 3º do presente regulamento, devem ser apresentados pessoalmente no Balcão Único deste Município, ou, remetidos por e-mail ou carta endereçada ao Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, Praça 25 de Abril, 4780-373 Santo Tirso.

3- O prazo para apresentação dos pedidos referidos nos números anteriores será divulgado pelo município, na Internet, no sítio institucional em [www.cm-stirso.pt](http://www.cm-stirso.pt).

4- São da responsabilidade dos encarregados de educação os atrasos que se verificarem com a emissão do passe escolar, em consequência dos pedidos apresentados fora do prazo fixado, não havendo lugar a qualquer reembolso da despesa suportada pelo encarregado de educação.

5- Serão aceites pedidos fora do prazo, quando se tratar de pedidos de segunda via, mudança de residência ou estabelecimento de ensino.

#### **Artigo 5.º (anterior artigo 10.º)**

##### **Documentos**

1- Para efeitos de atribuição ou renovação do transporte escolar, toma-se indispensável a apresentação dos seguintes documentos:

a) Comprovativo do domicílio fiscal do agregado familiar em que o aluno se insere, designadamente:

a.1. Certidão do domicílio fiscal do aluno ou,

a.2. Declaração sob compromisso de honra, no caso do aluno viver em economia comum com outrem;

a) Uma fotografia do aluno (formato JPEG).

2- A Câmara Municipal reserva-se o direito de solicitar ao interessado as informações e demais esclarecimentos que considere pertinentes no âmbito da atribuição do direito ao transporte escolar.

3- A falta da apresentação dos documentos instrutórios previstos no n.º 1 e solicitados ao abrigo do n.º 2 do presente artigo, implica o indeferimento da atribuição do direito ao transporte escolar.

### **Artigo 6.º (anterior artigo 8.º)**

#### **Modalidades dos apoios a conceder**

1 - O transporte escolar é gratuito para os alunos do Ensino Básico.

2- A participação a atribuir aos alunos matriculados no Centro de Cultura Musical das Caldas da Saúde, em regime de ensino articulado, e aos alunos do Ensino Secundário é definida, anualmente, pela Câmara Municipal.

### **Artigo 8.º (anterior artigo 18.º)**

#### **Extravio do passe escolar**

1- Em caso de extravio ou mau uso do passe escolar, os interessados deverão requerer a 2.ª via do cartão diretamente à empresa transportadora, mediante o pagamento do respetivo montante.

### **Artigo 9.º (anterior artigo 11.º)**

#### **Penalizações**

1- Perdem o direito à utilização de transporte escolar os alunos que deixem de frequentar o estabelecimento de ensino, reprovem por faltas e sejam suspensos ou expulsos.

2- Em caso de utilização abusiva de transporte escolar, nomeadamente, comportamentos agressivos ou atos de vandalismo, desrespeito das orientações do vigilante e/ou motorista ou incumprimento das regras de segurança, a Câmara Municipal reserva o direito de suspender o acesso do aluno ao transporte escolar.

3- Sem prejuízo da responsabilidade criminal, as falsas declarações implicarão a suspensão do transporte escolar e o reembolso à autarquia do montante correspondente ao benefício auferido.

**Artigo 10.º (anterior artigo 20.º)**

**Casos omissos**

*As dúvidas e omissões que surjam da interpretação ou aplicação do presente Regulamento serão resolvidas por deliberação da Câmara Municipal.*

**Artigo 11.º (anterior artigo 21.º)**

**Entrada em vigor**

*O presente regulamento entra em vigor no primeiro dia útil após a sua publicação na 2.ª série do Diário da República.*

**II – Aditamento de artigo**

Foi aditado um artigo ao presente regulamento, tendo sido renumerado como 7.º nos seguintes termos:

**Artigo 7.º**

**Meios de transporte**

- 1- O meio de transporte utilizado é o transporte coletivo rodoviário.
- 2- Sempre que os meios de transporte coletivo não satisfaçam as necessidades de transporte escolar no que se refere ao cumprimento dos horários quer à realização dos desdobramentos que se revelem necessários, poderão ser realizados circuitos especiais, a serem efetuados por veículos da propriedade do município ou em regime de aluguer, adjudicados mediante concurso.

**6. PROJETO DE 6.ª ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO, COBRANÇA E PAGAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS.-----**

Presente informação conjunta da Divisão Jurídica e Execuções Fiscais e da Divisão de Licenças e Urbanismo, de vinte e seis de abril findo, registada com o número quatro mil setecentos e noventa e nove, a remeter, na sequência da deliberação da câmara municipal de vinte e sete de junho de dois mil e dezasseis (item cinco da respetiva ata), o projeto de 6ª alteração ao Regulamento Municipal acima referido, do qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes três folhas. -----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal, de harmonia com o previsto no artigo 99º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei 4/2015, de 07 de janeiro, deliberasse aprovar o projeto de 6ª alteração ao Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Outras Receitas Municipais e submeter o mesmo a consulta pública, pelo prazo de trinta dias, a contar da respetiva publicação no Diário da República, tudo nos termos previstos no artigo 101º do Código do Procedimento Administrativo. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----





Praça 25 de Abril  
4790-373 SANTO TIRSO  
Tel: +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

## PROJETO DA 6.ª ALTERAÇÃO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO, COBRANÇA E PAGAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS

### I – ALTERAÇÕES

São alterados os artigos 1.º, 15.º, 48.º e 49.º do Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Outras Receitas Municipais, nos seguintes termos:

#### “Artigo 1.º

##### **Lei habilitante**

(...), é aprovado ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República, nas alíneas b), c) e g) do n.º 1 do artigo 25.º e na alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos artigos 14.º, 20.º e 21.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da Lei nº 53-E/2006, de 29 de dezembro, da Lei Geral Tributária, (...).

#### Artigo 15.º

##### **Isenções ou reduções**

1 – (...).

2 – (...).

3 – Poderão beneficiar de redução de taxas até 50%:

a) As obras de reabilitação urbana de edifícios, enquadráveis no Regime excecional e temporário aplicável à reabilitação de edifícios ou de frações, que sejam destinados a fins habitacionais que deem origem à criação de um ou mais fogos;

b) Loteamentos, edifícios com impacte relevante ou semelhante a loteamento, destinados à criação de fogos a colocar no mercado para venda ou arrendamento, desde que se insiram nos objetivos da política habitacional municipal e lhes seja reconhecido o especial interesse social e económico.

c) (Revogado)



Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

4 – (...).

5 – (...).

6 – (...).

7 – (...).

8 – (...).

9 - As isenções previstas nos números anteriores fundamentam-se no (...).

#### Artigo 48º

##### Preços

1- (...).

2- *Excetua-se do disposto no número anterior, o preço por hora do estacionamento em zona de estacionamento de duração limitada, os preços do Complexo Desportivo Municipal, os preços das publicações e os preços de ocupação dos espaços da Fábrica de Santo Thyrsso, da Biblioteca Municipal, do Centro Interpretativo do Monte Padrão e do Centro Cultural Municipal de Vila das Aves, cujas atualizações serão efetuadas por deliberação da câmara municipal.*

#### Artigo 49º

##### Norma revogatória

1 – (...)

2 – (...) *previstas nos referidos regulamentos (...).*

3- *É revogado o Anexo II do presente Regulamento."*

## II – REVOGAÇÃO

É revogado o artigo 45º do Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Outras Receitas Municipais.

## III – ENTRADA EM VIGOR DAS ALTERAÇÕES





Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

1- As presentes alterações entram em vigor cinco dias após a respetiva publicação no Diário da República.

2- As alterações introduzidas às alíneas a) e b) do nº 3 do artigo 15º do Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Outras Receitas Municipais são aplicáveis a todos os requerimentos em curso, ainda que respeitantes a processos iniciados anteriormente.

**7. “REFORMULAÇÃO DO ENTRONCAMENTO ENTRE A EN 105 E A EM 209-2, FREGUESIA DE S. TOMÉ DE NEGRELOS” – PARCELA 12 - REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 07/12/2017 (ITEM 5 DA RESPETIVA ATA). -----**

Presente informação da Divisão Jurídica, de vinte e três de abril findo, registada com o número quatro mil seiscentos e oitenta e dois, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação, a comunicar que na sequência da deliberação da câmara municipal de sete de dezembro último (item cinco da respetiva ata) foram desenvolvidos contactos com a proprietária da parcela de terreno expropriada, com vista à celebração do contrato de expropriação amigável, o qual não foi formalizado pelas razões referidas na aludida informação. -----

Pelo senhor presidente da câmara foi apresentada a seguinte proposta: -----

Considerando o teor da aludida informação da Divisão Jurídica; -----

Considerando que por relatório elaborado por perito da lista oficial, para efeitos dos disposto no n.º 2 do artigo 11º do Código das Expropriações, foi considerando que a justa indemnização seria de 14.932,80 € (catorze mil novecentos e trinta e dois euros e oitenta cêntimos), não havendo benfeitorias a considerar para o efeito; -----

Considerando que a câmara municipal apenas aceitou pagar uma indemnização no montante global de 20.000,00 € (vinte mil euros) no pressuposto de que nada mais teria a pagar pela expropriação da parcela de terreno em causa, fosse a que título fosse, cuja declaração da utilidade pública da expropriação foi publicitada no Diário da República, 2ª Série, de dois de agosto de dois mil e dezassete (Declaração (extrato) n.º 57/2017); -----

Considerando que o pressuposto de facto em que a câmara municipal decidiu tomar aquela deliberação não se veio a verificar, como ficou agora claro com a comunicação da expropriada enviada por email de vinte de abril findo, junto de folhas duzentas e setenta e nove do respetivo

processo de expropriação, havendo assim uma alteração objetiva das circunstâncias em que o município decidiu o valor da indemnização a pagar em sede de expropriação amigável. -----

Proponho que a câmara municipal, com a fundamentação de facto constante da aludida informação e ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 165º e alínea c) do n.º 2 do artigo 167º do Código do Procedimento Administrativo, delibere revogar a sua deliberação de sete de dezembro último (item cinco da respetiva ata) e decida promover a constituição da arbitragem, nos termos dos artigos 38º e seguintes do Código das Expropriações, para efeitos de fixação do valor da indemnização a pagar pela expropriação da parcela de terreno em causa. -----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----

**8. COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA FEDER À OPERAÇÃO COM O CÓDIGO NORTE-03-1204-FEDER-000004, DESIGNADA “REABILITAÇÃO DE BAIROS SOCIAIS SANTO TIRSO – 1ª FASE”: ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE APROVAÇÃO DA CANDIDATURA.**-----

Presente e-mail da Comissão de Coordenação da região Norte, de dezoito de abril findo, registado com o número onze mil seiscientos e trinta e dois, a notificar o município que a candidatura a fundos comunitários – Operação NORTE – 03 – 1204 – FEDER – 000004 – designada “Reabilitação de Bairros Sociais – Santo Tirso – 1ª fase” foi aprovada pela Comissão Diretiva do NORTE 2020, no dia vinte e oito de março último.-----

A Divisão de Planeamento Estratégico e Gestão de Financiamentos informa que o valor elegível do investimento é de 493.776,39 € (quatrocentos e noventa e três mil setecentos e setenta e seis euros e trinta e nove centimos), beneficiando o município de uma comparticipação FEDER de 85%, no montante de 419.709,94 € (quatrocentos e dezanove mil e setecentos e nove euros e noventa e quatro centimos), sendo a contrapartida nacional assegurada pelo município de Santo Tirso, tudo conforme condições constantes do Termo de Aceitação de que se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo III da mesma.-----

A operação financiada visa a reabilitação dos Complexos Habitacionais de Agrela, Água Longa e Reguenga.-----

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse ratificar a decisão de apresentação da referida candidatura e aceitar as condições da sua aprovação.-----

A proposta, submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade.-----

**9. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLOS COM OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE D. DINIS, D. AFONSO HENRIQUES E TOMAZ PELAYO TENDO POR OBJETO A CEDÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS ESCOLARES, PARA FORMAÇÃO DESPORTIVA EM FUTSAL E VOLEIBOL.-----**

Presente informação da Divisão de Desporto, de vinte e quatro de abril findo, registada com o número quatro mil setecentos e quarenta e três, a propor a celebração de protocolos com as entidades a seguir identificadas, tendo por objeto estabelecer as condições de utilização das instalações desportivas dessas entidades, para apoiar as diversas coletividades desportivas do concelho que necessitem de instalações para a formação nas modalidades desportivas de futsal e voleibol, bem como a utilização da piscina municipal de Santo Tirso pelo Agrupamento de Escolas Tomaz Pelayo para as atividades da natação no âmbito do Desporto Escolar.-----

Os protocolos serão celebrados com as seguintes entidades:-----

- Agrupamento de Escolas de D. Dinis, Santo Tirso;-----
- Agrupamento de Escolas D. Afonso Henriques, Vila das Aves;-----
- Agrupamento de Escolas de Tomaz Pelayo, Santo Tirso.-----

As minutas dos protocolos a celebrar com as entidades acima referidas, ficam anexas à presente ata e dela ficam parte integrante, constituindo os anexos IV a VI da mesma, rubricados pelo presidente da câmara e por quem secretariou esta reunião. -----

A despesa global estimada com a celebração dos aludidos protocolos é de 12.000,00 € (doze mil euros) que será satisfeita pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem cabimento, conforme proposta de cabimento orçamental número 1478/2018, de vinte e sete de abril. -----

Os compromissos a assumir com a celebração dos aludidos protocolos estão registados no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com os números 1548, 1549 e 1550, todos de vinte e sete de abril findo. -----

Reunião : ORDINÁRIA

O senhor presidente propôs que a câmara municipal deliberasse celebrar os aludidos protocolos nos termos que constam das referidas minutas. -----

A proposta submetida a votação nominal, foi aprovada por unanimidade. -----

**10. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM O FUTEBOL CLUBE TIRSENSE – 2018.-----**

Presente requerimento de vinte e quatro de abril findo, do Futebol Clube Tirsense, registado com o número onze mil setecentos e cinquenta e um, a remeter programa de desenvolvimento desportivo a prosseguir por aquela instituição desportiva no ano em curso e a solicitar o apoio da câmara municipal para a sua prossecução, mediante a celebração de um contrato-programa. -----

O assunto vem informado pela Divisão de Desporto, conforme informação de vinte e sete de abril findo, registada com o número quatro mil setecentos e setenta e nove, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação. -----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito: -----

Considerando que o Futebol Clube Tirsense tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme declaração emitida pelo Serviço Segurança Social Direta, no dia doze de abril findo, válida por quatro meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme certidão emitida via internet pelo Serviço de Finanças de Santo Tirso, no dia doze de abril findo, válida por três meses; -----

Considerando que o programa de desenvolvimento desportivo apresentado merece o apoio do município;-----

Considerando a competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 60.000,00 € (sessenta mil euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VII da mesma, composto por oito folhas,



rubricada pelo presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião.-----

O montante da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental número 1486/2018, de vinte e sete de abril.-----

O compromisso inerente à celebração do referido contrato-programa está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 1547/2018, de vinte e sete de abril.-----

Ao contrato a celebrar não é aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos, de harmonia com o previsto na alínea c) do nº 4 do artigo 5º do Código dos Contratos Públicos. -----

Após discussão, procedeu-se à votação nominal da proposta, a qual foi aprovada por unanimidade. -----



**11. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO COM A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO COMPLEXO HABITACIONAL DE RINGE – 2018. -----**

Presente requerimento de vinte e três de dezembro último, da associação denominada Associação de Moradores do Complexo Habitacional Ringe, registado com o número mil e oitocentos/dois mil e dezoito, a remeter programa de desenvolvimento desportivo a prosseguir por aquela instituição desportiva no ano em curso e a solicitar o apoio da câmara municipal para a sua prossecução, mediante a celebração de um contrato-programa. -----

O assunto vem informado pela Divisão de Desporto, conforme informação de vinte e seis de abril findo, registada com o número quatro mil setecentos e cinquenta e três, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, nomeadamente para efeitos de fundamentação da presente deliberação. -----

Pelo senhor presidente da câmara municipal foi dito: -----

Considerando que a associação denominada Associação de Moradores do Complexo Habitacional Ringe tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, conforme consulta efetuada ao sítio institucional na Internet da Segurança Social Direta, no dia vinte e oito de fevereiro último, cuja informação obtida é válida por seis meses; tem igualmente a sua situação tributária regularizada, conforme consulta efetuada na mesma data ao sítio institucional na internet da Autoridade Tributária e Aduaneira, cuja informação obtida é válida por seis meses. -----

Considerando que o programa de desenvolvimento desportivo apresentado merece o apoio do município; -----

Considerando a competência prevista nas disposições conjugadas das alíneas o) e u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere atribuir uma comparticipação financeira no montante de 10.000,00 € (dez mil euros) para apoiar a prossecução do referido programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da minuta de

Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, da qual se anexa cópia à presente ata e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o anexo VIII da mesma, composto por quarenta e seis folhas, rubricada pelo presidente da câmara e por quem secretariou a presente reunião.-----

O montante da comparticipação financeira a atribuir pelo município será suportado pela rubrica orçamental com a classificação económica 040701, na qual tem dotação, conforme proposta de cabimento orçamental número 1488/2018, de vinte e sete de abril.-----

O compromisso inerente à celebração do referido contrato-programa está registado no sistema de contabilidade de apoio à execução orçamental com o número 1551/2018, da mesma data. -

Ao contrato a celebrar não é aplicável a parte II do Código dos Contratos Públicos, de harmonia com o previsto na alínea c) do nº 4 do artigo 5º do Código dos Contratos Públicos. -----

Após discussão, procedeu-se à votação nominal da proposta, a qual foi aprovada por unanimidade. -----



**ENCERRAMENTO.**-----

A reunião foi encerrada eram: Quinze horas e trinta e cinco minutos. -----

E para constar se lavrou a presente ata que tem trinta e cinco folhas e oito documentos anexos (anexo I e II, relativos ao item sete; anexo III, relativo ao item oito; anexo IV a VI, relativo ao item nove; anexo VII, relativo ao item dez; e anexo VIII, relativo ao item onze), apenas utilizadas no anverso, que eu

*Adriana Fagundes*

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

**APROVAÇÃO DA ATA.**-----

A presente ata foi aprovada pela câmara municipal em reunião de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_,  
conforme consta do item um da respetiva minuta (folhas \_\_\_\_\_).-----

A Secretária,